

MEMORANDO INTERNO N º 83/2022

De: Setor de Compras, Licitações e Contratos

Para: Diretoria Jurídica

Assunto: Solicitação de Cancelamento de Item – Pregão Eletrônico – SRP – nº 25/2021

Interessado: CIRULABOR PRODUTOS CIRÚRGICOS LTDA - ARP Nº 04/2022

Encaminho para Parecer Jurídico a solicitação da empresa CIRULABOR PRODUTOS CIRÚRGICOS LTDA, sobre o pedido de cancelamento do item 120 – Espadrado Impermeável, 100% Algodão, Completo (Com Lacre De Proteção, Capinha Plástica). Medindo: 10 Cm X 4,5 M.

Após, à Diretora Executiva para decisão final.


Atenciosamente,

Presidente Prudente, 10 de junho de 2022

MARCEL DOS SANTOS CARDOSO
Chefe do Setor de Compras, Licitações e Contratos

RECEBIDO EM:

10/06/2022

ASS: 

Elton Rodrigo de Castro Garca.
Assistente Jurídico
OAB/SP 369.076

2379
8

Marcel Cardoso - Licitação CIOP

De: Licitação - Cirulabor <licitacao@cirulabor.com.br>
Enviado em: sexta-feira, 27 de maio de 2022 12:32
Para: licitacaocompra@ciop.sp.gov.br
Cc: cirulabor@cirulabor.com.br; 'Luciano de Oliveira'
Assunto: Solicitação de Cancelamento do Item 120 - Ata de Registro de Preços CIOP nº 04/2022, referente ao Processo nº 46/2021 - Pregão Eletrônico nº 25/2021.
Anexos: Solicitação Cancelamento Item 120 ESPARADRAPO Ata RP 04-2022 - PE 25-2021 - Proc.046-2021 CIOP 27-05-2022.pdf

Boa tarde!

Pelo presente, encaminho, em anexo, solicitação de cancelamento do item 120 (Esparadrapo Impermeável 10cm x 4,5m) da Ata de Registro de Preços CIOP nº 04/2022, referente ao Processo nº 46/2021 - Pregão Eletrônico nº 25/2021.

Ante o exposto, informo, ainda, que não há qualquer material pendente de entrega.

Atenciosamente,

Departamento de Licitações e Contratos
Cirulabor Produtos Cirúrgicos Ltda EPP
CNPJ 47.063.094/0001-01
Presidente Prudente/SP
Telefone (18) 3222-4399

27/05/2022
Marcel dos Santos Cardoso
Chefe do Setor de Licitações
e Contratos CIOP
RG: 42.187.855-3
PE 28/2021



EDERSON
MAGRO
SETOR DE LICITAÇÃO

CIRULABOR PRODUTOS CIRURGICOS

E-MAIL: licitacao@cirulabor.com.br
CNPJ 47.063.094/0001/01

TEL: (18) 3222-4399
WhatsApp: (18) 98165-8182



(18) 3222-4399

CIRULABOR PRODUTOS CIRÚRGICOS LTDA

Produtos Médicos - Hospitalares - Odontológicos - Medicamentos

circulabor@muranet.com.br

ADLIN

BD

BIOFRAL

Cromat

IBP

LABOR IMPORT

LABOR IMPORT

LABOR IMPORT

LABOR IMPORT

LABOR IMPORT

CNPJ 47.063.094/0001-01

Inscrição Estadual 562.054.368.112

Inscrição Municipal 23432

2380

ILUSTRÍSSIMA SENHORA DIRETORA EXECUTIVA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA – CIOP

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2022

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2021

PROCESSO Nº 46/2021

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE MATERIAIS DE ENFERMAGEM PARA 16 (DEZESSEIS) MUNICÍPIOS CONSORCIADOS, PELO PRAZO DE 06 (SEIS) MESES.

A empresa **CIRULABOR PRODUTOS CIRURGICOS LTDA - EPP**, inscrita no **CNPJ nº 47.063.094/0001-01**, estabelecida na Rua José Teodoro nº 126, Vila Euclides, CEP 19014-220, na cidade de Presidente Prudente, Estado de São Paulo, Telefone (18) 3222-4399, vem, por seu subscritor, com fulcro no Artigo 21 Inciso II do Decreto Federal nº 7.892/2013, requerer a **CANCELAMENTO DO ITEM 120 DA ARP Nº 04/2022**; liberando esta empresa e convocando os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação para o **item ESPARADRAPO IMPERMEÁVEL 10CM X 4,5M**, previstos nos incisos I e II do artigo 19 do referido decreto, pelas razões que segue.

Em 04 de abril do ano em curso, esta empresa, detentora da ata em epígrafe, apresentou requerimento para concessão do reequilíbrio econômico-financeiro do ajuste, disposto no artigo 65, inciso II, alínea "d", da Lei Federal 8.666/93; uma vez que o Edital de Pregão Eletrônico CIOP nº 25/2021 não previu o reajuste adequado conforme regulamentado inciso XI, do artigo 40, da Lei de Licitações nº 8.666/93.

Entretanto, apesar do exposto, Vossa Senhoria não acolheu a solicitação de reequilíbrio do preço registrado, exarado no Despacho de 04 de maio de 2022.

No entanto, insta salientar que esta empresa não contribuiu para o desequilíbrio inflacionário no qual estamos vivendo, decorrente da forte alta de preços.

Aliás, oportuno destacar, que, do mesmo modo que se pleiteia o reajuste, em razão do aumento dos preços de mercado, a revisão também é necessária para eventual redução, previstos no § 2º do artigo 58 da Lei nº 8.666/93.

CIRULABOR PRODUTOS
CIRURGICOS
LTDA:47063094000101
Assinado em forma digital por
CIRULABOR PRODUTOS CIRURGICOS
LTDA:47063094000101
Data: 2022.05.27 12:21:07 -0100

Rua José Teodoro, 126 - Vila Euclides - Presidente Prudente SP - CEP 19014-220

Telefones (18) 3222-4399 / 3903-3270 / 3903-3268 / 3221-6660



(18) 3222-4399

CIRULABOR PRODUTOS CIRÚRGICOS LTDA

Produtos Médicos - Hospitalares - Odontológicos - Medicamentos

cirulabor@muranet.com.br

ADLIN

BD

BIOFRAL

Comet

LABOR IMPORT

LABOR IMPORT

LABOR IMPORT

LABOR IMPORT

LABOR IMPORT

LABOR IMPORT

CNPJ 47.063.094/0001-01

Inscrição Estadual 562.054.368.112

Inscrição Municipal 23432

2981

Ante a narrativa opinada no Parecer Jurídico CIOP, data vênua, conforme demonstrado pelas Notas Fiscais apresentadas de compra de mercadoria, objeto do item 120, os preços atuais de mercados estão totalmente imprevisíveis, em razão da atual instabilidade econômica, ocorrência de fato superveniente e imprevisível, podendo resultar em consequências incalculáveis.

Ressalto, porém, que o princípio da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro tem origem constitucional e expressa previsão legal, pois, a Constituição garante aos particulares que contratam com a Administração o direito à manutenção das "condições EFETIVAS da proposta" apresentada durante o processo licitatório, disposto no artigo 37, inciso XXI. Considerando a validade de 60 (sessenta) dias da proposta apresentada na licitação, notadamente, quando o preço de mercado se tornou superior ao registrado, a proposta deixou de ser efetiva.

Portanto, reitero o conceito de que:

"O equilíbrio financeiro ou equilíbrio econômico do contrato administrativo, também denominado equação econômica ou equação financeira, é a correlação entre objeto do contrato e sua remuneração, originariamente prevista e fixada pelas partes. Essa correlação deve ser conservada durante toda a execução do contrato, mesmo que alteradas as cláusulas regulamentares da prestação ajustada, a fim de que se mantenha a equação financeira ou, por outras palavras, o equilíbrio econômico-financeiro do contrato." Hely Lopes Meirelles.

Cabe, ainda, a transcrição de Marçal Justen Filho:

"O equilíbrio econômico-financeiro do contrato administrativo é necessário quando presente acentuada elevação de preços oriunda de desequilíbrios econômicos..."

Em suma, a revisão ou recomposição de preços é uma forma de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro de um contrato, e sua aplicação independe de previsão no edital ou no contrato, ou, ainda, de periodicidade mínima para ser implementada. O reajuste de preços é destinado exclusivamente ao restabelecimento da equação econômico-financeira, rompida pelas variações inflacionárias.

CIRULABOR PRODUTOS
CIRURGICOS
LTDA:47063094000101

Assinado de forma digital por
CIRULABOR PRODUTOS
CIRURGICOS
LTDA:47063094000101
Dados: 2022.05.27 12:20:53 -03'00'



CIRULABOR PRODUTOS CIRÚRGICOS LTDA

Produtos Médicos - Hospitalares - Odontológicos - Medicamentos

cirulabor@muranet.com.br

(18) 3222-4399

ADLIN

BD

BIOFRAL

Comet

UF

LABOR IMPORT

IN-EX

LABOR IMPORT

LABOR IMPORT

LABOR IMPORT

CNPJ 47.063.094/0001-01

Inscrição Estadual 562.054.368.112

Inscrição Municipal 23432

2382
9

Apesar de todo o exposto, Vossa Senhoria, no uso de suas atribuições, deliberou pelo não acolhimento da solicitação realizada para readequação do preço atual de mercado do item 120: ESPARADRAPO IMPERMEÁVEL 10CM X 4,5M.

No entanto, o mês de maio apresentou novos recordes nos indicadores da cotação de algodão, principal matéria prima para produção do item em apreço. Nos últimos 90 dias a variação foi de 20% no indicador CEPEA_ESALQ. Portanto, a partir do próximo mês (junho/2022) os preços de mercado sofrerão mais ajustes, conforme comunicado anexo.

Sendo assim, considerando que atualmente os preços de mercado tornaram-se superiores aos preços registrados, fatores que configuram em álea econômica, impossibilitando o atendimento da Ata de Registro de Preços sem que haja ajustes capazes de equalizar a relação pactuada, **NÃO RESTA OUTRA ALTERNATIVA SENÃO SUPLICAR PELA DESISTÊNCIA DO ITEM 120 da Ata de Registro de Preços nº 04/2022**, disposto no artigo 21 inciso II, artigo 19 incisos I e II, do Decreto Federal nº 7.892/2013, **ficando esta empresa liberada do compromisso, uma vez que não há qualquer pedido de fornecimento (Nota de Empenho) pendente de entrega.**

Ex positis, pelo presente, a Administração ficará impossibilitada de eventual emissão de Autorização de Fornecimento (Empenho), antes de qualquer deliberação a respeito deste pleito.

Ressalto, por fim, que o presente instrumento dar-se-á sem prejuízo à pessoa jurídica da CONTRATANTE (Administração Pública) e da CONTRATADA, sem qualquer ônus para as partes.

Termos em que,

Pede-se e espera deferimento.

Presidente Prudente - SP, 27 de maio de 2022.
Clóvis José da Silva
Sócio Administrador
CPF 045.640.918-16
RG 18.233.673-6 SSP/SP

CLOVIS JOSE DA
SILVA:04564091816

Assinado de forma digital por
CLOVIS JOSE DA
SILVA:04564091816
Dados: 2022.05.27 12:21:36 -03'00'

CIRULABOR PRODUTOS
CIRURGICOS
LTDA:47063094000101

Assinado de forma digital por
CIRULABOR PRODUTOS
CIRURGICOS
LTDA:47063094000101
Dados: 2022.05.27 12:21:24 -03'00'

Carta Informativa para nossos clientes e amigos.

Reajuste de preços - linha têxtil.

Diante das condições do mercado de algodão, nossa principal matéria prima, comunicamos a todos os clientes e parceiros da ErimaX que infelizmente, a partir do dia 01 de junho de 2022, os valores ofertados sofrerão alteração.

Pedimos desculpas e também a compreensão de todos nesse momento, para que consigamos passar por esse período de volatilidade do mercado, e também reduzindo riscos e impactos financeiros aos nossos parceiros e amigos.

O mês de maio apresentou novos recordes nos indicadores da cotação da pluma de algodão. Nos últimos 90 dias a variação foi de 20% no indicador CEPEA_ESALQ.

A Erimax está a mais de 11 anos no mercado buscando sempre o melhor para os nossos clientes. **Temos estoques de matéria-prima que serão mantidos os preços até a data de 31/05/2022**, sem qualquer ajuste de valor.

Diante do cenário atual e alta de preços da pluma, orientamos que adiantem seus pedidos para que possamos buscar o melhor custo-benefício e atender a todos da melhor forma, evitando maiores impactos financeiros, **pois compreendemos a dinâmica de mercado** dos nossos amigos, clientes e parceiros.

Orientamos que trabalhem com uma margem folgada, visando um novo aumento nos próximos meses devido a instabilidade de preços referente ao algodão.

Entre em contato com nossa equipe de vendas e solicite seu orçamento para aproveitar a oportunidade de manter os valores **referente ao mês de Maio de 2022, sem qualquer reajuste.**

Qualquer dúvida, estamos totalmente a disposição.

Atenciosamente ErimaX Indústria - Produto Para Saúde.



(44) 3528-2540



vendas@erimax.com.br



(44) 3528-2540/7771



Gabriel Leite
Diretor Comercial



PARECER JURÍDICO

INTERESSADO(S): SETOR DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

ORIGEM: CIRULABOR PRODUTOS CIRURGICOS LTDA

OBJETO: SOLICITAÇÃO CANCELAMENTO DO ITEM 120 – ESPARADRAPO IMPERMEÁVEL 100% ALGODÃO COMPLETO (COM LACRE DE PROTEÇÃO, CAPINHA PLÁSTICA) MEDINDO 10CM X 4,5M

RELATÓRIO

Trata-se de solicitação de cancelamento referente ao ITEM 120 – ESPARADRAPO IMPERMEÁVEL 100% ALGODÃO COMPLETO (COM LACRE DE PROTEÇÃO, CAPINHA PLÁSTICA) MEDINDO 10CM X 4,5M, cuja licitante se sagrou vencedora foi a empresa CIRULABOR PRODUTOS CIRURGICOS LTDA, registrados na ata do Pregão Eletrônico nº 25/2021, com solicitação juntada às fls. 2379/2383, alegando que houve aumento nos preços.

Destarte, o Setor responsável solicita a esta Diretoria Jurídica o exame dos autos e a elaboração de parecer jurídico a respeito das providências a serem adotadas pela Administração do CIOP *in casu*.

Teceremos, portanto, considerações acerca da (im)possibilidade do cancelamento nos moldes apresentados, de forma a orientar a decisão da autoridade competente quanto aos procedimentos a serem adotados no sentido de manter a impessoalidade e objetividade no âmbito do referido contrato administrativo.

ANÁLISE JURÍDICA

Fundamenta a sua exordial com o argumento de que ocorreu um aumento de preço do item em tela sendo necessário, portanto, a seu cancelamento, pois a manutenção pelo preço registrado em ata seria inviável para a empresa.

Inicialmente, faz-se necessário ressaltar alguns importantes princípios aplicáveis ao presente caso, quais sejam, o Princípio da Supremacia do Interesse Público, Princípio da Legalidade, Princípio da Impessoalidade e Princípio da Eficiência.

O primeiro diz respeito à superioridade do interesse público sobre o particular e que todas as ações do Estado devem ter como objetivo alcançar tal necessidade, pois os interesses da coletividade devem sobressair em relação aos individuais. Por esta razão Marcos Bittencourt afirma que *"o princípio da supremacia de interesse público atribui um status especial ao Estado frente ao particular"*.

Quanto à Legalidade, princípio constitucional expressamente previsto no art. 37 da Carta Maior, em decorrência do Estado de Direito, a observância do disposto em lei é obrigatória à Administração Pública, e, neste sentido, ensina Flávia Bahia que *"quanto ao administrador, deverá ser adotado o princípio da legalidade em sentido estrito, pois só é possível fazer o que a lei autoriza ou determina"*. Especificamente em relação às licitações, o Princípio da Legalidade traduz-se no Princípio da Estrita Observância Editalícia, segundo o qual todo o processo licitatório deve guardar estrita observância ao edital.

Já a impessoalidade consiste na ideia de que a atuação pública não pode ter como objetivo beneficiar ou prejudicar ninguém em especial, ou seja, sem discriminações, não devendo ter como mote o indivíduo que será atingido pelo ato administrativo. Segundo Matheus Carvalho *"o princípio da impessoalidade reflete a necessidade de uma atuação que não discrimina as pessoas, seja para benefício ou para prejuízo"*.

O último princípio, qual seja, o da Eficiência, também constitucionalmente expresso, imputa ao Estado a obrigação de produzir bem, com qualidade e com menos gastos, atuando com presteza e objetivando sempre o melhor resultado prático com o menor custo e o menor desperdício.

No instituto da licitação pública verifica-se a aplicação, dentre outros, destes quatro princípios supra destacados, visto que, pela legalidade, a Administração deve ater-se às normas estabelecidas no ordenamento jurídico, previstas nas leis que tratam sobre licitação, em especial o pregão, que, em nome da supremacia do interesse público, determinam como a Administração deverá contratar com os particulares para adquirir bens e serviços, sempre garantindo a impessoalidade na escolha do licitante, realizada através de critérios objetivos previstos na lei e no edital, alcançando, assim, a eficiência.

Sobre o tema, Maria Sylvia Zanella Di Pietro ensina que:

A licitação é um procedimento integrado por atos e fatos da Administração e atos e fatos do licitante, todos contribuindo para formar a vontade contratual. Por parte da Administração, o edital ou convite, o recebimento das propostas, a habilitação, a classificação, a adjudicação, além de outros atos intermediários ou posteriores, como o julgamento de recursos interpostos pelos interessados, a revogação, a anulação, os projetos, as publicações, anúncios, atas etc. Por parte do particular, a retirada do edital, a proposta, a desistência, a prestação de garantia, a apresentação de recursos, as impugnações.

Observa-se que, dentre os atos de responsabilidade do licitante está o da elaboração da proposta, que é o documento que a empresa elabora e apresenta ao órgão para oferecer seu preço pelo produto ou serviço objeto da licitação. A proposta de preço deve ser elaborada de acordo com o edital, levando em conta o objeto da licitação. Além do preço do produto ou serviço, a proposta deve conter o descritivo do objeto e comprovar que a empresa tem condições de atender a todas as características solicitadas no edital.



Ao calcular o preço ofertado à Administração, o licitante já deve levar em consideração as variações ordinárias no custo de aquisição do item, visto que tais variações são esperadas ao longo do prazo de validade do certame licitatório. Destaca-se que empreender é sinônimo de assumir riscos, logo não é qualquer situação de desequilíbrio na relação contratual que irá legitimar sua utilização. Por isso é tão importante que o fornecedor seja diligente ao elaborar a sua proposta, levando em conta os prováveis riscos já conhecidos pelo seu mercado.

Importante pontuar que o Sistema de Registro de Preço é um processo licitatório em que aqueles interessados em fornecer materiais, equipamentos ou gêneros ao Poder Público, em Ata, pactuam a manutenção dos valores registrados no órgão competente, corrigidos ou não, por um determinado período, e a fornecer as quantidades solicitadas pela Administração no prazo estabelecido.

Faz-se necessário apontar que a Ata de Registro de Preço somente traz obrigações de forma unilateral ao vencedor da licitação, o qual se obriga fornecer ou prestar serviço da ata para a Administração, de acordo com a especificação de sua proposta e com o preço apresentado por ocasião do certame, pelo **prazo registrado, no caso de 06 (meses) ano**.

Deste modo, o registro que vinculará as partes nos moldes que se darão as contratações, sendo este o objeto principal da relação aferida no processo licitatório, o estabelecimento do valor e quantidade que a Administração Pública poderá adquirir no período de vigência da ata.

Desta forma, o cancelamento de itens, nos moldes ora pleiteados, somente poderá ser realizado de forma excepcional e se daria através da comprovação da ocorrência de: a) fato do príncipe; b) fato da Administração; c) fato superveniente imprevisível; ou, d) fato previsível, mas de consequências incalculáveis.

Entretanto, está sedimentando-se o entendimento da inaplicabilidade da teoria da imprevisão para o cancelamento de itens da ata, não sendo possível a alteração enquanto vigente aquela.

Assim, variações no preço dos itens ofertados são esperadas que ocorram, devendo estas serem considerados por aqueles que participam do

gbl

certame em sua proposta, existindo uma diferença entre o lucro real e o esperado. Razão pela qual tem-se que verificar fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis da álea econômica após a sua realização.

Conjugando o suso exposto, as empresas participantes do processo licitatório não podem alegar o desconhecimento ou a imprevisibilidade da atual situação econômica, eis que o certame ocorreu quando já instituído o cenário de crise. Por tal razão que, para ser possível o cancelamento de item, ter-se-ia que verificar fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis da álea econômica após a sua realização e a sua comprovação por meio documental de forma contundente.

Álea econômica corresponde a circunstâncias externas ao contrato, estranhas à vontade das partes, imprevisíveis, excepcionais, inevitáveis, que causam desequilíbrio muito grande no contrato, dando lugar à aplicação da teoria da imprevisão; a Administração Pública poderia conceder o reequilíbrio.

Conforme o Tribunal de Contas da União:

9.1 A ÁLEA ORDINÀRIA, também denominada empresarial, consiste no 'risco relativo à possível ocorrência de um evento futuro desfavorável, mas previsível ou suportável, por ser usual no negócio efetivado' (Maria Helena Diniz. Dicionário jurídico. São Paulo: Saraviva, 1998, p. 157).

Exatamente por ser previsível ou suportável é considerado risco inerente ao negócio, não merecendo nenhum pedido de alteração contratual, pois cabe ao empresário adotar medidas para gerenciar eventuais atividades deficitárias. Contudo, nada impede que a lei ou o contrato contemple a possibilidade de recomposição dessas ocorrências. No caso de estar prevista, a efetivação do reajuste será mera execução de condição pactuada, e não alteração;

9.2 A ÁLEA EXTRAORDINÀRIA pode ser entendida como o 'risco futuro imprevisível que, pela sua extemporaneidade, impossibilidade de previsão e onerosidade excessiva a um dos contratantes, desafie todos os cálculos feitos no instante da celebração contratual' (DINIZ,

JBH



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

24/10
B

1998, p. 158), por essa razão autoriza a revisão contratual, judicial ou administrativa, a fim de restaurar o seu equilíbrio original.

Trata-se de um risco intrínseco ao negócio e, neste trilho, tem-se os ensinamentos de Fernanda Marinela, sobre a aplicação da teoria da imprevisão (*rebus sic stantibus*) aos contratos administrativos:

Consiste no reconhecimento de que eventos novos, imprevidos e imprevisíveis pelas partes e a elas não imputados, alteram o equilíbrio econômico-financeiro refletindo na economia ou na execução do contrato, autorizam sua revisão para ajustá-lo à situação superveniente, equilibrando novamente a relação contratual. Portanto a ocorrência deve ser superveniente, imprevidida (porque as partes não imaginaram), imprevisível (porque ninguém no lugar delas conseguiria imaginar – algo impensável) e que onera demais o contrato para uma das partes, exigindo-se a recomposição. Em todos os casos, a teoria da imprevisão consiste no reconhecimento de que eventos novos, imprevidos e imprevisíveis pelas partes e a elas não imputados, refletindo sobre a economia ou na execução do contrato, autorizam sua revisão para ajustá-lo à sua situação superveniente.

Conforme carta do fornecedor, que foi apresentada, verifica-se que houve aumento do preço dos itens em questão, porém, tal alteração não é considerada imprevisível, e, portanto, deve ser estimada pelo licitante ao elaborar a proposta, não ensejando a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Não se vislumbra a possibilidade jurídica do cancelamento de item da ata ante a inaplicabilidade da teoria da imprevisão às atas de registro de preço.

Ademais, não pode a Administração Pública sofrer as consequências pelo desacerto inescusável da licitante, visto que a obrigação de

g B h



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

2411
8

calcular o preço ofertado é do particular e, caso não o faça corretamente, é sobre ele que deverá recair as consequências, sob pena de se estar desvirtuando o instituto da licitação e ferindo os princípios da supremacia do interesse público, da legalidade, da impessoalidade e eficiência.

De modo que não ficou demonstrada a ocorrência de fato superveniente e imprevisto, caso fortuito ou força maior, ou seja, não existe justo motivo para acolher o pleito da licitante.

Insta salientar que, o edital do certame, com supedâneo na Lei nº 10.520/2002, que dispõe sobre o pregão, estabelece expressamente quais as sanções aplicáveis aos licitantes, no caso de descumprimento, verbis:

"VIII – SANÇÕES

8.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o CIOP pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

8.1.1 A execução irregular do contrato, que não resulte prejuízo ao CIOP ou ao Município Contratante, poderá ser punida com Advertência;

8.2. A execução irregular do contrato também poderá causar multa, prevista na forma do item 8.3 e 8.4, nas hipóteses de mora e inexecução do contrato.

8.3. Caso a licitante declarada vencedora se recuse a receber/retirar a Nota de Empenho ou instrumento equivalente, ser-lhe-á aplicada a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total adjudicado, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

ASL



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

2412
E

8.4. Expirado o prazo proposto para a entrega dos produtos, sem que a contratada o cumpra, iniciar-se-á a aplicação da penalidade de multa, correspondente a 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho ou Ordem de Compra, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

8.5. A multa prevista no item anterior será aplicada até o limite de 20 % (vinte por cento) do saldo empenhado, o que não impede, a critério da administração, a aplicação da sanção a que se refere o item 8.1.

8.6 A inexecução parcial ou total do contrato poderá gerar multa de 20% (por cento) sobre o valor não adimplido, sem prejuízo do que concerne o item 8.1, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

8.7 O valor da multa poderá ser deduzido de eventuais créditos devidos pelos Municípios e quando por esta solicitado.

8.8.1 O prazo para pagamento de multas será de 30 (dez) dias corridos, a contar da intimação da infratora, após decisão apenadora.

8.9 Contra os atos de aplicação das penalidades previstas neste título deverão ser respeitados os princípios do contraditório e ampla defesa.

8.10 As apurações acerca de inadimplência contratual serão realizadas pelo CIOP após realizada a comunicação do evento detalhado pela prefeitura participante, com o envio do pedido de entrega.

8.11 As decisões sobre as sanções administrativas serão publicadas no Diário Oficial Eletrônico do CIOP.

8.11.1 Contra os atos de aplicação das penalidades previstas neste título deverão ser respeitados os princípios do contraditório e ampla defesa, abrindo-se prazo de 05 (cinco)

g B h



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

2413
B

dias úteis para Defesa, a partir da intimação, que poderá ser por carta com aviso de recebimento ou correio eletrônico.

8.11.2 Não encontrada a empresa apurada no endereço constante em seu cadastro de CNPJ no sítio eletrônico da Receita Federal para notificação por carta e nem via correio eletrônico, sua intimação se será pelo Diário Oficial Eletrônico do CIOP, bem como pelo Diário Oficial do Estado, sendo considerada intimada após a publicação, para todos os efeitos legais."

Na hipótese do inadimplemento da proposta exarada pela mencionada empresa, poderá a Administração Pública aplicar a penalidade máxima sem deixar de observar aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, haja vista que, realizada a licitação na modalidade pregão, a própria lei estabelece tratamento rigoroso ao licitante convocado que não comparece para assinar o contrato, ou deixa de entregar os itens registrados em ata de registro de preços. Isso se deve, porque *"uma das vantagens do pregão consiste exatamente na celeridade que ele confere às contratações do poder público, celeridade que se perde caso o vencedor do certame não compareça para dar execução da proposta"*. (FURTADO, Lucas Rocha. Curso de licitações e contratos administrativos. Belo Horizonte: Fórum, 20074, p. 484).

Aliás, como bem alerta Jessé Torres Pereira Junior (in Comentários à lei de licitações e contratações da Administração Pública. 4. Ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1997. P. 538-539), a recusa do adjudicatário a contratar com a Administração *"frustra o propósito do certame e gera contingência que poderá ser danosa ao interesse público, se outra licitação houver de ser realizada, com a perda de tempo, de recursos e desatendimento às necessidades da Administração"*. É de se considerar que *"ao ingressar no torneio licitatório, cada concorrente deve estar disposto a contratar. A participação na licitação constitui, para cada licitante, uma declaração da vontade de vir a contratar com a Administração"*.

Por consequência, não tendo a empresa licitante demonstrado a ocorrência de fato superveniente e imprevisível que justifique o não cumprimento da entrega do item registrado em ata, e não existindo qualquer vício no processo, mister se faz a manutenção do valor registrado e exigência do cumprimento e entrega do item em que a empresa licitante sagrou-se vencedora, sob pena de aplicação das sanções supramencionadas no caso de descumprimento.

gcl



24/4
B

CONCLUSÃO

Ante o exposto e, com fulcro nas considerações acima aduzidas, esta Diretoria Jurídica **opina:**

I – Pelo indeferimento do pedido de cancelamento do item em que a empresa CIRULABOR PRODUTOS CIRURGICOS LTDA sagrou-se vencedora, sob pena de aplicação das sanções descritas no instrumento editalício, no caso de descumprimento;

Por fim, encaminhe-se ao setor de compras, licitações e contratos, obedecendo aos trâmites legais, principalmente dando-se ampla publicidade.

Presidente Prudente/SP, 20 de julho de 2022.


Sérgio Ricardo Stuani
Diretor Jurídico


Elton Rodrigo de Castro Garcez
Assistente Jurídico


Julio Cesar Graton Pagnosi
Assistente Jurídico

2430
af

MEMORANDO INTERNO Nº 128/2022

De: Setor de Compras, Licitações e Contratos**Para:** Diretora Executiva**Assunto:** Cancelamento de item – Pregão Eletrônico – SRP – nº 25/2021**Interessado:** CIRULABOR PRODUTOS CIRURGICOS – LTDA - ARP Nº 04/2022

Encaminho o Parecer Jurídico de fls. 2.405/2.414, que opinou pelo indeferimento do pedido de cancelamento do item nº 120 - ESPARADRAPO IMPERMEÁVEL, 100% ALGODÃO, COMPLETO (COM LACRE DE PROTEÇÃO, CAPINHA PLÁSTICA). MEDINDO: 10 CM X 4,5 M), em razão de não haver sido demonstrado a ocorrência de fato justificável.

Presidente Prudente, 01 de agosto de 2022


MARCEL DOS SANTOS CARDOSO

Chefe do Setor de Compras, Licitações e Contratos

2431
9

DESPACHO DA DIRETORIA EXECUTIVA

Assunto: Solicitação de Cancelamento de Item– Pregão Eletrônico – SRP – nº 25/2021

Interessado: CIRULABOR PRODUTOS CIRÚRGICOS LTDA - ARP Nº 04/2022

Trata-se de pedido de cancelamento, às fls.2.379/2.383 do item nº 120 - esparadrapo impermeável, 100% algodão, completo (com lacre de proteção, capinha plástica). Medindo: 10 cm x 4,5 m), marca Adpele Misner, registrado na Ata de Registro de Preços nº 04/2022, alegando, em síntese, aumento de preços dos insumos junto ao seu fornecedor.

O Setor Jurídico às fls. 2.405/2.414, opinou pelo indeferimento do pedido de cancelamento, fundamentando não haver fato superveniente e imprevisível justificante.

Isto posto, acolho na íntegra os fundamentos de fato e de direito esmiuçados no Parecer Jurídico e **DELIBERO** pelo **NÃO ACOLHIMENTO** da solicitação realizada pela empresa **CIRULABOR PRODUTOS CIRURGICOS – LTDA, CNPJ nº 47.063.094/0001-01**, mantendo-se os preços e condições anteriormente previstas, sob pena de aplicação das sanções administrativas previstas.

Publique-se.

Presidente Prudente, 01 de agosto de 2022



MARIA HELOISA DA SILVA CUVOLO
Diretora Executiva - CIOP



2435
g

DESPACHO DA DIRETORA EXECUTIVA

Despacho da Diretora Executiva, Assunto: Pedido de Cancelamento de Item, **ARP nº 04/2022**, Pregão Eletrônico nº 25/2021, Interessada: **CIRULABOR PRODUTOS CIRURGICOS - LTDA**, **CNPJ nº 47.063.094/0001-01**. Decisão: Delibero pelo não acolhimento do pedido de cancelamento do item nº 120 - esparadrapo impermeável, 100% algodão, completo (com lacre de proteção, capinha plástica). Medindo: 10 cm x 4,5 m), conforme fundamento acostado nos autos. Maria Heloisa da Silva Cuvolo - Diretora Executiva do CIOP. Pres. Prudente, 01 de agosto de 2022.

